



**XI CONIRD
4th IRCEW**

Semi-Árido: aprendendo a conviver com a seca

Entra ano, sai ano, e boa parte do cenário nordestino continua do mesmo jeito: seco e miserável. Apesar de ser uma velha conhecida dos brasileiros – desde os tempos do Império, D. Pedro II já prometia doar até a última jóia de sua coroa para que nenhum cearense morresse de fome –, a seca continua a flagelar boa parte da população residente no Nordeste. Mais da metade dos 1.785 municípios da região sofre com o problema. “Combate à seca é um termo que não se deve utilizar, deve-se conviver com ela porque é um fenômeno normal do Nordeste”, afirma o palestrante Paulo Roberto Coelho Lopes, chefe-geral da Embrapa Semi-Árido.

O semi-árido é o mais afetado pela estiagem. De acordo com Lopes, 66% da área dessa faixa climática está ambientalmente degradada. O que corresponde a 12% de toda a região nordestina. Os estados da Paraíba e do Ceará são os mais problemáticos, com mais da metade de seus territórios comprometidos. Algumas estratégias foram apresentadas pelo palestrante para possibilitar a convivência com a seca. A primeira é a preservação e recuperação de recursos naturais. “Para você conviver com a seca, tem de conhecer os recursos naturais, tem de saber conviver sem degradar”, diz. A recuperação e a implantação de sistemas de utilização racional das grandes bacias do São Francisco e do Parnaíba, e a expansão da oferta e do uso eficiente de águas de superfície

e subterrâneas são meios para isso. A segunda estratégia – e talvez a mais complexa – refere-se ao reordenamento espacial agroeconômico. “De acordo com a diversidade de climas, você vai necessitar de uma determinada área, para que uma família possa sobreviver na região”.

A mudança do padrão tecnológico, com reestruturação e fortalecimento da rede de assistência técnica é outro fator determinante, segundo Lopes. “Nós dispomos de um acervo tecnológico considerável, em que são abordados todos os aspectos, como aproveitamento de recursos hídricos, pecuária e culturas adequadas à faixa climática”. A Embrapa está patrocinando, este ano, em todos os Estados do Nordeste, um curso sobre As Bases Tecnológicas de Convivência com a Seca, destinado aos secretários municipais de agricultura e técnicos de extensão rural. O curso insere-se na quarta estratégia proposta pelo palestrante, que seria proporcionar a inserção de agricultores no mercado, através da capacitação técnica, da organização profissional e do estabelecimento de sistemas de crédito adequado. “Acho que o crédito diferenciado, com certo nível de subsídio, seria capaz de minimizar os problemas do semi-árido”, opina. No entanto, de nada adiantam essas estratégias, se não forem trabalhadas de maneira articulada. “É preciso decisão política”, diz Lopes, tocando num dos pontos cruciais do problema.

Para o presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Clodionor Araújo, a solução ainda não veio por uma simples questão de vaidade. “É preciso ter um planejamento para dez, vinte ou trinta anos, mas os políticos não querem programas desse tipo, porque as pessoas não perceberiam o que ele fez”, explica. “Imagine que eu sou um médico e você está gripando. E eu penso: deixa ele gripar que depois eu trato. Assim, você vai me agradecer por ter curado o seu mal. Se eu tivesse prevenido, você nem perceberia que só não adoeceu porque eu não deixei, e nunca me agradeceria por isso”, completa, explicando porque as medidas tomadas são, em

a desertificação. De acordo com Heitor Matallo Júnior, membro do painel ad hoc das Nações Unidas para o tema Indicadores de Desertificação, cerca de 180 mil km² do semi-árido (praticamente um quinto da área total) são considerados graves ou muito graves, em níveis de avanço do problema. Ao contrário do que se pode pensar a princípio, a desertificação não se caracteriza pela ausência completa de fauna e flora. “Desertificação não é um estado, e sim um processo que é definido como a queda da produtividade agrícola nas regiões secas”, explica Matallo.

O pesquisador realizou um estudo levantando dados de 1977 a 1996 sobre a produção das quatro principais culturas da agricultura nordestina – milho, mandioca, feijão e arroz –, e constatou uma queda de 59% na produtividade, o que caracteriza a presença do fenômeno. “Isso vem ocorrendo e as pessoas não se dão conta, porque elas compensam a queda na produtividade com o aumento da área plantada, mantendo o volume global constante”. Para Matallo, a “invisibilidade” do fenômeno é o que mais preocupa. Segundo ele, as autoridades governamentais têm consciência da gravidade do problema, mas não investem de maneira eficaz para combatê-lo. Algumas medidas seriam necessárias para a prevenção, na opinião do pesquisador, como a criação de órgãos especialmente destinados para isso, um sistema eficiente de monitoramento das áreas que estão sendo atingidas e a disponibilidade de recursos financeiros para ajudar o produtor a evitar o problema.

Para o agricultor, o combate é economicamente vantajoso, pois evita a queda na produtividade de suas terras. No entanto, implica em custos econômicos que elevariam o preço de seu produto. Portanto, ou ele arca com os custos, ou abandona a terra por não ter condições de sustentá-la. No caso do pequeno agricultor, geralmente a segunda opção é a escolhida. “O nosso produtor tradicional do semi-árido é pobre, não tem meios, então não vai fazer nada, nem que ele queira”, explica o pesquisador. Um crédito agrícola subsidiado seria a solução, segundo Matallo, mas teria de ser diferenciado para o semi-árido. “Se o agricultor dessa região for incorporar os custos de conservação e prevenção da terra e, em especial, o controle da salinização do solo, provavelmente o seu produto não vai ser competitivo no mercado, quando comparado com outras regiões. Então, tem de haver diferenciação”, conclui.



sua grande maioria, emergenciais. Mas o problema não pode depender só de boa vontade política, segundo Araújo. “Qualquer pessoa pode levantar uma bandeira e organizar esse planejamento, vamos procurar ser uma referência como o *Greenpeace*, que já tem vinte anos, buscar alternativas e pô-las em prática”, sugere, citando a própria experiência de voluntário do movimento Amigo das Águas e do Instituto Hidroambiental Águas do Brasil. Para ele, o país tem tecnologia de sobra para diminuir os impactos negativos da estiagem, como cisternas rurais, açudes, aproveitamento de águas salinas e barragens subterrâneas. Segundo ele, estas últimas têm enorme potencial, pois estão livres do maior inimigo – a evaporação provocada pelo sol –, permanecendo sempre em grande quantidade. “De todas as catástrofes naturais, a mais fácil de conviver é a seca. O problema é que as pessoas não querem resolver”.

Desertificação também preocupa

Além da seca, outro fenômeno menos comentado, mas com o mesmo potencial devastador, é



Heitor Matallo Júnior



Paulo Roberto Coelho Lopes

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS PARA CONTATO:

Clodionor Araújo – abastece@abasce.org.br

Heitor Matallo Júnior – heitor@mens.com.br

Paulo Roberto Coelho Lopes – sac@cpata.embrapa.br